



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/JR/RV



**Processo nº:** 29.145/12

**Apensos nºs:** 480.000.582/12 e 053.000.858/95

**Jurisdicionada:** Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF

**Assunto:** Tomada de Contas Especial

**Órgão Técnico:** Secretaria de Contas - SECONT

**MP:** Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

**Sessão:** Pauta nº 68, S.O. nº 4723, de 30.9.2014

**Publicação:** DODF nº 201, de 25.9.2014, pág. 12

**Ementa:** Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte a servidor militar, em razão de sua passagem para a inatividade. Não houve mudança de domicílio. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL os PARECERES são DIVERGENTES: a Instrução propõe a citação do beneficiário da vantagem indevida. O **Parquet** especial opina por que também sejam citados o Comandante-Geral e o Diretor de Pessoal da CBMDF à época dos fatos. VOTO de acordo com os termos do atual entendimento da Corte pela citação do beneficiário do pagamento indevido. MATÉRIA PACIFICADA (bloco).

## RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte ao 3º SGT. Ref. LUIZ CARLOS DE MATOS LIMA, em razão da sua passagem para a inatividade.

2. A Comissão de Tomada de Contas Especial, verificando que o servidor militar não realizou a mudança de domicílio, imputou-lhe a responsabilidade pelo ressarcimento do prejuízo no valor de R\$ 8.018,92 (valor original), conforme Relatório de TCE nº 233/13/GETCE/DIEXE/SUTCE (fls. 54/58-v do processo apenso).

3. Por meio do Certificado de Auditoria-TCE nº 35/14-



DISEC/CONAS/CONT/STC (fl. 81 do processo apenso), o Controle Interno atestou a irregularidade das contas.

#### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

4. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 174/14-SECONT/2ªDICONT (fls. 29/39), analisa a matéria nos seguintes termos:

*“3. A Decisão nº 5.945/2011 determinou a instauração de TCE para apurar a existência de irregularidade na concessão e no pagamento de indenização de transporte na passagem à inatividade de militares da CBMDF, durante os exercícios de 1995, 2001 e 2002.*

*4. A indenização de transporte é a importância em dinheiro paga ao militar para custeio das despesas com transporte de pessoal e bagagem, para si, seus dependentes e um empregado doméstico, ao local em que fixarem residência no Território Nacional.*

*5. Em 2011, foi constituído o Processo nº 480.001.270/2011, conforme fl. 10\*, que, posteriormente, foi desmembrado em diversos outros feitos, com vistas à redução da complexidade do processo original que se referia a diversos militares. Nesse sentido, esta TCE apura, exclusivamente, a existência de tais irregularidades concernentes ao militar a seguir relacionado.*

*6. Os presentes autos cuidam da indenização concedida ao militar Luiz Carlos de Matos Lima, em razão da sua transferência para Caruaru/PE, solicitada em 03/07/1995, conforme requerimento à fl. 01\*\*.*

*7. Realizadas as devidas análises no âmbito do Controle Interno, a Comissão Tomadora emitiu relatório manifestando-se pela existência de prejuízo, o qual passamos a analisar.*

#### PRONUNCIAMENTO DA COMISSÃO TOMADORA

8. No Relatório de Conclusão de TCE nº 233/2013/GETCE/DIEXE/SUTCE (fls. 54-58\*), a Comissão Tomadora assim concluiu:

*“Ante o exposto e tendo assim colhido os dados suficientes para formar juízo tranquilo sobre os fatos e as irregularidades em apuração, e com base nos artigos 186 e 927 do Código Civil Brasileiro, Lei nº 8.237/91, regulamentada pelo Decreto nº 986/93, recepcionada no Distrito Federal pelo Decreto nº 16.529/95, cuja*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/JR/RV

Fls.:

Proc.: 29.145/12

Rubrica

*aplicabilidade foi definida pela Portaria nº 23/95 – CBMDF, a presente Comissão Tomadora, à unanimidade, encerra seus trabalhos resolvendo imputar ao militar **Luiz Carlos de Matos Lima**, nascido em 20/11/1955, filho de Elvira de Matos Lima, residente a QNL 04 Conjunto G Casa 15 – Taguatinga/DF, CEP: 72.155-407, portador do CPF: 119.650.701-59, Bombeiro Militar reformado, matrícula nº 1415797, a responsabilidade civil pelo ressarcimento a ser feito ao Erário Distrital, no valor atualizado de R\$ 25.237,20 (vinte e cinco mil duzentos e trinta e sete reais e vinte centavos), decorrente da utilização indevida dos recursos provenientes da Indenização de Transporte, conforme requerimento assinado pelo militar em questão (fl. 01 - apenso), para custear a transferência domiciliar, para a cidade de Caruaru/PE, quando da passagem para a inatividade, situação essa que não foi comprovada nos autos desse processo, cabendo ao mesmo a devolução integral dos recursos concedidos na forma de indenização de transporte.*

9. Além disso, no que tange aos gestores que concederam a indenização, a Comissão Tomadora não propôs nenhum encaminhamento.

10. Esse relatório foi aprovado pela Subsecretaria de Tomada de Contas Especial (fl. 59v\*). Após as providências de praxe, os autos foram encaminhados para a Controladoria.

### PRONUNCIAMENTO DO CONTROLE INTERNO

11. Corroborando o entendimento da CTCE, por meio do Relatório de Auditoria nº 035/2014 – DISEG/CONAS/CONT/STC (fls. 75-80\*), o Controle Interno concluiu pela **irregularidade** das contas do militar Luiz Carlos de Matos Lima, emitindo o Certificado de Auditoria – TCE nº 035/2014 – DISEG/CONAS/CONT/STC (fl. 81\*).

### ANÁLISE DO CONTROLE EXTERNO

12. Os elementos que compõem os autos demonstram que o objeto da presente tomada de contas especial foi adequadamente apurado na fase interna. Isso porque foram evidenciados os pressupostos necessários à responsabilização, quais sejam a apuração dos fatos e a conduta do envolvido, a quantificação do dano e a indicação do nexo causal entre tais elementos.

13. Estamos de acordo com o posicionamento da SUTCE/STC e do Controle Interno pela responsabilização do militar Luiz Carlos de Matos Lima, quanto ao prejuízo apurado.

14. A documentação apresentada pelo militar para a obtenção do benefício não comprova a efetiva mudança de domicílio ou, se



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/JR/RV



ocorreu, foi por prazo menor que o mínimo exigido pela norma regente<sup>3</sup>. Os documentos estão relacionados a seguir:

- i. *Requerimento para obtenção do benefício da indenização de transporte (fl. 01\*\*);*
- ii. *Declaração da Agência Central Brasília (DF), de que o beneficiário abriu conta no Banco do Brasil (fl. 03\*\*);*
- iii. *Contrato de Locação de imóvel em Caruaru/PE, de 19/07/1995 a 19/07/1997 (fl. 04\*\*);*
- iv. *Certificado de Registro de Veículo, de **Ceilândia, Brasília/DF** (fl. 05\*\*);*
- v. *Declaração de responsabilidade pelas informações prestadas e de conhecimento do Decreto nº 986/1993, Decreto nº 16.529/1995 e Portaria nº 023/1995 (fl. 06\*\*);*
- vi. *Declaração de dependentes (03) fornecida pela Corporação (fl. 07\*\*);*

15. Segundo declaração assinada pelo beneficiário, fl. 06\*\*, esse afirmava possuir pleno conhecimento do contido no Decreto nº 986/1993, no Decreto nº 16.529/1995 e na Portaria nº 023/1995<sup>4</sup> e responsabilizava-se pelas informações prestadas, sob pena de sujeição a medidas de ordem administrativas, disciplinar e judicial.

16. No entanto, a documentação apresentada pelo militar, como já foi posicionado nesta instrução, não comprova a efetividade da mudança de domicílio do indenizado. À fl. 03\*\*, o referido militar

<sup>3</sup> Portaria PMDF nº 023/1995: "(...) V – O CBMDF poderá solicitar do militar inativo, a qualquer tempo, pelo prazo de 01 (um) ano, a comprovação de residência, bem como confirmar através de Corporação co-irmã da Unidade da Federação local, a veracidade das informações geradoras do benefício".

<sup>4</sup> 2 - MILITAR TRANSFERIDO PARA A INATIVIDADE/DIP – ATRIBUIÇÕES  
MILITAR

Apresentar por ocasião da entrada do requerimento de solicitação de transporte do DF para outro Estado da federação, junto a DIP (Diretoria de Inativos e Pensionistas), dentro do prazo previsto, após a efetiva passagem para a Inatividade, os seguintes documentos:

1) Quanto a dependentes:

- Declaração da Diretoria de Pessoal, contendo a relação nominal dos dependentes legalmente declarados na Corporação

2) Quanto ao local **onde irá fixar residência**:

- Escritura de imóvel próprio, do cônjuge, de ascendente ou descendente; ou
- Certidão ou contrato de aquisição de imóvel pelo SFH; ou,
- Contrato de aluguel
- Abertura de conta no Banco do Brasil S/A.

3) Quanto à propriedade do veículo:

- Cópia xerox do certificado de propriedade.

4) Quanto ao empregado doméstico:

- Carteira de Trabalho, assinada: ou,
- Contrato de trabalho.

b) **À Diretoria de Inativos e Pensionistas:**

Caberá a DIP anexar ao processo de pagamento de indenização de transporte dos Inativos o **Relatório de Exame de Comprovação de Moradia na Reserva** e Declaração de veracidade de informações assinada pelo solicitante. (Grifamos)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/JR/RV

Fls.:

Proc.: 29.145/12

Rubrica

*acostou declaração da **Agência Central Brasília**, informando que o beneficiário abriu conta nessa agência, com finalidade de crédito de proventos. Porém, este documento não comprova o atendimento à legislação. Diferente seria se o beneficiário apresentasse extrato bancário de conta aberta no município de destino, demonstrando movimentação financeira dessa conta no período em análise, inclusive o depósito de seus proventos. Também não há, nos autos, comprovação de transporte ou transferência de seu veículo para a cidade solicitada.*

17. Nesta oportunidade, vale mencionar, por analogia ao presente caso, as contestações feitas pela Auditoria de Regularidade n.º 012/2000 realizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme Processo TCDF n.º 394/2000, que subsidiou a Decisão n.º 3186/2001 — TCDF:

“28. (...)

1. CIDADES ESCOLHIDAS - as cidades escolhidas pelos militares para fixar residência foram quase sempre as mesmas: Tabatinga/AM ou Cruzeiro do Sul/AC. Dos 57 (cinquenta e sete) casos investigados – (...) -, 34 (trinta e quatro) = 59,65% indicaram Tabatinga/AM; 11 (onze) = 19,30% escolheram Cruzeiro do Sul/AC e apenas 12 (doze) = 21,05% optaram por outras localidades. As referidas cidades localizam-se no extremo-oeste do Brasil, a primeira na fronteira com a Colômbia e a segunda próxima a divisa com o Peru”

(...)

3. Transferência de veículos - dos 57 (cinquenta e sete) militares constantes da amostra, 45 (quarenta e cinco) incluíram veículos na bagagem. Destes, 16 (dezesesseis) foram transferidos para Tabatinga/AM, 01 (um) para Rubiataba-GO - o destino indicado era Cruzeiro do Sul-AC - 27 (vinte e sete) permanecem licenciados no DF, dos quais 07 (sete) mudaram de proprietário, e 01 (um) em Luziânia-GO, sendo que este já se encontrava licenciado naquele Estado à época do requerimento do benefício, consoante informações obtidas junto ao DETRAN/DF. Ainda de acordo com o órgão de trânsito, dos 16 (dezesesseis) veículos transferidos para Tabatinga-AM 03 (três) retornaram ao DF, ou seja, foram transferidos de Tabatinga-AM para Brasília-DF (...).

30. As situações ora descritas – transferir veículo para Tabatinga/AM e em seguida trazê-lo para o DF ou adquirir um modelo antigo de pequeno valor na véspera do requerimento do benefício -apresentam-se como indícios de fraude não só na composição da bagagem **mas em todo o processo de pagamento da indenização de transporte.**





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/JR/RV



(...) (destacou-se).

56. (...) da Portaria 23/95 CBMDF, de 30 de junho de 1995, que regulamentou a concessão do multi-citado benefício, para provar a mudança de domicílio basta o interessado apresentar contrato de aluguel de imóvel na localidade do novo domicílio e abertura de conta corrente no Banco do Brasil desse mesmo lugar.

57. Ora, qualquer desses dois documentos não são hábeis para prova de mudança de domicílio, sequer para provar que o contratante ou o correntista realizaram pessoalmente tais atos, ou seja, é possível apresentar ambos documentos sem que o beneficiado tenha ao menos saído de Brasília. A abertura de uma conta corrente pode ser feita regularmente por meio de procuração com poderes gerais, pois é ato que comporta sua execução por meio de mandatário. E hoje é possível resgatar os recursos depositados nos estabelecimentos bancários em qualquer parte do país sem necessidade de visitas à agência detentora da conta corrente. Já o contrato de locação de imóvel é documento particular que pode ser forjado sem nenhuma dificuldade. Ademais, quanto aos contratos de locação constantes dos processos de pagamento da indenização de transporte, há a circunstância desabonadora da autenticidade dos mesmos porquanto grande número deles tiveram por locador a mesma pessoa Sr. Romival Nunes de Oliveira (...)"

18. Diante das questões trazidas por essa auditoria, bem como as constatações feitas pela Comissão de TCE, faz-se mister a comprovação material do atendimento da **finalidade** do Decreto Federal nº 986<sup>5</sup>, de 12/11/1993, aplicável ao caso em exame tendo por base o Decreto Distrital nº 16.529<sup>6</sup>, de 07/06/1995, qual seja a efetiva **mudança para o domicílio requerido e fixação pelo período mínimo de 1 (um) ano**. E, para isso, foi

<sup>5</sup> Regulamenta a execução do transporte em Território Nacional, em tempo de paz, dos militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

"Art. 1º **A execução do Transporte em Território Nacional**, em tempo de paz, devida aos militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, de que trata o art. 50, IV, "e", "f" e "j" da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares, e os arts. 34; 58, II e §§ 1º e 2º; e 69, § 4º da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, **é regulamentada pelo presente Decreto**.

(...)

Art. 3º O militar da ativa, quando movimentado por interesse do serviço, terá direito no transporte para si, seus dependentes e um empregado doméstico, compreendendo a realização de deslocamentos de pessoal e a translação da respectiva bagagem da localidade onde residir, para outra **onde fixará residência**, dentro do território nacional.

§ 1º O militar obrigado a mudar de residência na mesma sede, por interesse do serviço ou ex officio, terá direito somente ao transporte da bagagem, exceto o automóvel ou a motocicleta.

(...)

Art. 6º **Ao militar transferido para a reserva remunerada** aplicar-se-á o disposto no art. 3º, caput e § 1º, entre a OM de origem e a localidade onde vai fixar sua residência." (grifou-se)

<sup>6</sup> Dispõe sobre a aplicabilidade do Decreto Federal nº 986/93 aos militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/JR/RV



*oportunizado ao beneficiário o direito à ampla defesa, conforme fls. 48-53\*.*

*19. Contudo, o beneficiário, em nenhuma das tentativas de notificação, no âmbito do Controle Interno, foi encontrado. Com relação a este fato, cabe mencionar a tese desenvolvida no Relatório de TCE nº 057/2013/DIPES/SUTCE/STC (Processo nº 29.439/2012), que versou sobre situação semelhante, no sentido de que a ausência de notificação na fase interna não enseja sua nulidade, pois haverá o momento próprio para que a defesa se manifeste nos autos. Ainda de acordo com a TCE, “Na fase interna da TCE – aquela que ocorre no âmbito da Administração Pública – o que se desenvolve é apenas um procedimento, e não um processo em si. A diferença crucial neste caso está no fato de que a lide se dá no processo, ou seja, na fase externa da TCE, que ocorre no âmbito dos Tribunais de Contas.” Estamos de acordo com este posicionamento.*

*20. Portanto, considerando as conclusões da CTCE, bem como a ausência de comprovação da efetiva mudança de domicílio do militar para a cidade indicada, entendemos que houve prejuízo ao erário pelo recebimento indevido de indenização de transporte e que o prejuízo teve origem na conduta dolosa do mesmo, haja vista a existência de indícios de que o militar simulou a transferência do seu domicílio com o propósito de obter vantagem pecuniária que sabia não fazer jus, em proveito próprio e em prejuízo ao erário distrital.*

*21. Em consequência, a teor do que prescreve o art. 1º, inciso II, alínea “a”, da Emenda Regimental nº 13/2003<sup>7</sup>, deverá incidir, no presente caso, atualização monetária a partir da data da concessão da indenização de transporte.*

*22. Considerando ainda haver indícios de ato doloso, devem ser acrescidos juros de mora a partir da data do pagamento da indenização de transporte, conforme determina a alínea “b” do mesmo dispositivo regimental.*

*23. Assim, o valor do débito calculado pelo Sistema de Atualização Monetária – SINDEC - desta Corte, em 25.06.2014, fl. 28, será: a) principal, em 05.09.1995, R\$ 8.018,92 (fl. 25\* e 09\*\*); b) atualização monetária, R\$ 18.626,52; c) juros, R\$ 59.952,23; e) valor total atualizado, **R\$ 86.597,67.***

<sup>7</sup> Art. 1º Os débitos fixados pelo Tribunal de Contas serão atualizados monetariamente até a data do efetivo pagamento, na forma estabelecida pelo art. 1º da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001, incidindo juros de mora sobre o valor reajustado, à taxa de um por cento ao mês, até a data de sua quitação, observados os seguintes critérios:

(...)

II – nos casos de débito decorrente de sonegação ou alcance:

(...)

b) os juros de mora serão calculados a partir do dia seguinte ao do término do prazo fixado em notificação para o pagamento da dívida, **salvo se esta decorrer de ato doloso, quando incidirão a partir da data da ocorrência do dano.**” (Grifamos)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/JR/RV



24. Por fim, tendo em conta possível omissão no dever de fiscalizar e ausência de comprovação dos requisitos necessários à concessão e ao pagamento da indenização de transporte na passagem para a inatividade de militar da CBMDF, os gestores responsáveis poderiam ser convocados aos autos para apresentação de defesa. Contudo, considerando o recente entendimento firmado pela Corte na Sessão Ordinária nº 4.649, de 14/11/2013, por meio das Decisões nºs 5.666/13 (Proc. 27.851/2012), fl. 22, 5.667/13 (Proc. 14.541/2013) e 5.668/2013 (Proc. 14.630/2013), a responsabilidade pelo prejuízo ao erário, no caso em tela, deve ser imputada somente ao militar Luiz Carlos de Matos Lima.

25. No tocante ao encaminhamento de cópia dos autos à CBMDF para instauração de procedimento disciplinar, nos termos do voto proferido pela Conselheira Anilcéia Luzia Machado, nos autos do Processo nº 27.851/2012, entre outros, (...) “essa deliberação deverá ser adotada após a realização da citação e da análise da defesa, tendo em conta que a oitiva do possível responsável poderá trazer subsídios aos autos, viabilizando apreciação mais segura do mérito.”

26. Deixaremos de sugerir o envio de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, em razão das irregularidades identificadas nos autos, considerando o entendimento acerca da prescrição penal proferido pela 7ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília, nos autos do Requerimento nº 08190.063178/13-81, conforme o Ofício nº 23/2013-7ª PJCr/MPDFT, cópia às fls. 23-25.

### CONCLUSÃO

27. A presente tomada de contas especial contempla satisfatoriamente o disposto na Resolução nº 102/1998, contendo elementos de convicção suficientes para atestar o prejuízo ao erário, tendo em conta as provas constantes do apenso e a análise do corpo técnico apresentada nesta instrução.

28. Por todo o exposto, considerando o recente entendimento manifestado pela Corte na Sessão Ordinária nº 4649, de 14/11/2013, por meio das Decisões nºs 5.666/2013, fls. 22, 5.667/2013 e 5.668/2013, entendemos que o TCDF deve, nos termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, ordenar a citação do militar beneficiário **Luiz Carlos de Matos Lima** para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar alegações de defesa, ou recolher o débito de **R\$ 86.597,67**, fl. 28, atualizado pelo SINDEC/TCDF, em 25/06/2014, quanto ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando de sua passagem para a inatividade, o que poderá ensejar o julgamento de suas contas como irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, c/c o art. 20, bem como a aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/JR/RV



*de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, nos termos do art. 60, todos da referida LC, dada a gravidade da irregularidade ocorrida.”*

5. Concluindo, a Unidade Instrutiva sugere ao e. Plenário que:

*“I. tome conhecimento da presente tomada de contas especial, objeto dos Processos nº 053.000.858/1995 e 480.000.582/2012;*

*II. nos termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994, ordene a citação do militar mencionado no § 28 desta instrução para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa, ou recolha, desde logo, o débito que lhe foi imputado nos autos, no valor de **R\$ 86.597,67** (atualizado até 25/06/2014), quanto ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando de sua passagem para a inatividade, conforme Matriz de Responsabilização à fl. 27, o que poderá ensejar o julgamento de suas contas como irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, c/c o art. 20, bem como a aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, nos termos do art. 60, todos da referida LC, dada a gravidade da irregularidade ocorrida;*

*III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.”*

**MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

6. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 576/14 (fls. 40/42), da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, diverge das proposições apresentadas pela Unidade Instrutiva. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

*“8. Expostas as considerações externadas pelo Corpo Técnico, passo à análise do feito deixando claro que concordo com as considerações da Unidade Técnica quanto ao beneficiário, ressaltando que não cabe responsabilidade solidária aos militares da Diretoria de Inativos e Pensionistas- DIP, em face dos princípios da hierarquia da disciplina. O mesmo entendimento não se aplica ao Comandante-Geral da Corporação, pois sua conduta propiciou a concessão indiscriminada da vantagem pecuniária em comento, pois dispunha de mecanismos de controle, ainda que incipientes, para proteção do erário.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/JR/RV



*9. É obrigação de todo aquele que administra recursos de terceiros a correta demonstração de sua utilização, sob pena de, não o fazendo, estar obrigado a devolver a quantia que recebeu. Nesse contexto, a responsabilidade pela boa e correta aplicação dos recursos cabe ao dirigente máximo da Corporação, que detinha o poder de determinar rigoroso exame da concessão do benefício em exame, mormente em face das patentes irregularidades que vinham sendo cometidas pelos beneficiários da indenização de transporte, a exemplo da escolha da cidade escolhida para fixar residência, caracterizando, assim, no sentir deste representante Ministerial, responsabilidade solidária pelos atos irregulares em apreço.*

*10. Assim, entendo que o Comandante-Geral do CBMDF, na época, que autorizou a concessão e o pagamento da indenização de transporte, deverá ser citado juntamente com o beneficiário, para apresentação de defesa, ou recolhimento do valor integral do débito apurado, solidariamente e devidamente atualizado.*

*11. Quanto à ausência, na fase interna, de notificação do beneficiário da indenização de transporte, decorrente da ausência do militar no endereço informado, não vejo qualquer óbice ao prosseguimento da presente TCE, uma vez que a citação ora proposta supre a lacuna suscitada pela Unidade Técnica.*

*12. Ante o exposto, com o adendo do parágrafo 9, opina este representante do Parquet especializado por que o e. Tribunal acolha as sugestões da Unidade Técnica.”*

É o Relatório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/JR/RV



**VOTO**

7. A questão tratada nestes autos refere-se ao pagamento de Indenização de Transporte a servidores militares por ocasião de sua passagem para a inatividade (reserva). Tais pagamentos revelaram-se irregulares na medida em que os beneficiados não transferiram os respectivos domicílios. Assim, várias Tomadas de Contas Especiais foram instauradas, tanto no Corpo de Bombeiros Militar do DF quanto na Polícia Militar do DF, a exemplo da que aqui se cuida.

8. No Tribunal o assunto vem sendo discutido há muito tempo, gerando diversas deliberações. Entretanto, conforme se verifica das últimas assentadas, o entendimento foi **uniformizado** no sentido de se isentar de penalidades os dirigentes das Corporações (Comandante Geral e Diretor de Inativos e Pensionistas – DIP), julgar irregulares as contas do beneficiário do pagamento indevido, condenando-se ao ressarcimento dos valores recebidos **apenas** o beneficiário. Se a conduta foi comprovadamente dolosa, a restituição será acrescida de juros de mora (art. 1º, inciso II, alínea “a” da ER nº 13/03), recebendo ainda, a pena acessória de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Distrital pelo prazo de 5 (cinco) anos. Com efeito, nesse sentido foram proferidas as seguintes Decisões de nºs 5.663/13-CAM, 5.668/13-CAM, 5.752/13-CPT, 5.781/13-CMA e 5.782/13-CMA.

Assim, em consonância com o entendimento desta Corte, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento da presente Tomada de Contas Especial, objeto do Processo nº 480.000.582/12;

II. determine, nos termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, a citação do servidor militar nominado no parágrafo 28 da Informação nº 174/14 (fls. 29/39) para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente alegações de defesa, ou recolha o débito que lhe é imputado nos autos (R\$ 86.597,67, valor em 25.6.2014), em decorrência da percepção indevida da vantagem pecuniária de indenização de transporte, quando da sua passagem para a inatividade, ante a possibilidade de ter suas contas julgadas irregulares e de ser-lhe aplicada a penalidade prevista no art. 60 da Lei Complementar nº 01/94; e



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS — MK/JR/RV



III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para os fins devidos.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 2014.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro - Relator**